

Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMAC

CÂMARA TÉCNICA BACIA DRENANTE ÀS LAGOAS COSTEIRAS

ATA DA 25ª REUNIÃO

Data da reunião: 25/03/2009

Local: CREA-RJ, sala 1008

Membros presentes:

Adacto Benedicto Ottoni - CREA/RJ

Vera Lucia Garcia de Oliveira - SMAC

Mônica Santiago Montenegro - SMO

Santiago Valentin de Souza - CRBio2

Sergio Henrique Rodrigues Silva - CEDAE

Mauricio Francisco Soares - FEEMA

Elisa Sesana Gomes - OAB

Convidados:

Renata Maria V. Pereira

Adacto iniciou informando que a mudança de pauta. Estava programada a visita ao Jockey Clube do Brasil, mas a entidade solicitou o adiamento para o mês que vem, pois por causa de problemas internos não poderiam atender da forma como desejavam. Sugeriu como pauta para esta reunião: 1º: o Decreto nº 30.511/09, de 04/03/09 que institui o GT para a Recuperação Ambiental e Melhoria da Qualidade das Águas da Lagoa Rodrigo de Freitas; 2º: as obras de tempo seco nos rios, visando proteger os corpos hídricos, como as lagoas costeiras do município e a Baía de Guanabara; além daqueles que os membros quisessem abordar. Deu dois avisos, 1º: recebeu da Secretaria Executiva do CONSEMAC, *e-mail* solicitando que as próximas reuniões desta Câmara fossem realizadas na sala do CONSEMAC (sala 1207 do CASS) (leu o *e-mail* recebido); e 2º: dentro da nova lista de membros do CONSEMAC, o CREA/RJ foi substituído, pela ABES, como membro titular do Conselho. Quanto ao primeiro aviso, Vera, representante da SMAC, ponderou que a criação da nova Coordenadoria de Recursos Hídricos da SMAC não justifica a mudança do local de reuniões. Considerou que a infraestrutura do CREA é melhor, o local é mais central, e que não existe a necessidade premente de apresentação de documentos pela nova Coordenadoria, como citou a Secretaria Executiva do Consemac. Com algumas ponderações, ficou a sugestão de que, em vez da sala do CONSEMAC, as reuniões desta Câmara sejam realizadas na sala de reuniões da Secretaria (SMAC), devido, inclusive, ao grande número de participantes. Foi consenso que a mudança dos membros do Consemac com a retirada do CREA não foi ética, por ser este um membro atuante da Câmara; não foram apresentadas justificativas. Adacto comunicou a retirada de seu nome como coordenador da CT, em função do Crea-RJ não ser mais membro efetivo do CONSEMAC. Como na próxima reunião de plenária (13/4) serão incluídos os novos membros nesta CT, na próxima reunião da CT (agendada para 29/4) deverá ser escolhido o nome do novo coordenador. Vera propôs que a visita ao Jockey fique então para a reunião do mês de maio, e não de abril, aguardando assim a inclusão dos novos membros e eleição do novo coordenador. Será também interessante que a nova Coordenadoria da SMAC, que provavelmente fará parte desta Câmara, faça essa visita ao Jockey, a fim de tomar conhecimento da atual situação do local. Todos concordaram. Santiago entende o mal estar, pois foi extremamente desagradável a forma como a substituição ocorreu. Pediu ao Adacto que reconsiderasse sua posição. Considerou o CONSEMAC cada vez mais atuante, não por suas reuniões bimensais, mas

por suas reuniões de CTs e as atividades desenvolvidas por elas. Elogiou o trabalho do atual coordenador desta CT e solicitou que houvesse continuação, pois a atuação das CTs é muito mais importante do que as reuniões bimensais do Plenário, até mesmo pelo princípio da seriedade, da competência e da discussão. Adacto afirmou não ter passado por sua cabeça nenhum fator de desestímulo, que mesmo não sendo conselheiro seria atuante como convidado da mesma forma. Que não vai deixar de trabalhar. Somente por uma questão formal, em sua opinião o coordenador deve ser conselheiro. Leu, em seguida, o decreto 30.511 de 4 de março de 2009, especificamente seu objetivo (Institui Grupo de Trabalho para a Recuperação Ambiental e melhoria da qualidade das águas da Lagoa Rodrigo de Freitas). Como a CT já vem discutindo este assunto há muito tempo, propôs que ela encaminhasse uma deliberação ao CONSEMAC sobre a sua inclusão no GT. Entende que não há razão de um grupo de trabalho versar sobre o que a CT já vem fazendo, sem a participação da CT; então se deve eliminar a CT, ou ela modificar o foco de trabalho para as lagoas de Jacarepaguá. Acha que os esforços devem ser unidos, e não separados, o que seria muito mais produtivo para o Município. Renata, que faz mestrado com tema relativo à política de recursos hídricos aplicado à LRF, fez o levantamento de todos os grupos de trabalho e notou que todos começam do zero, isto é, não há continuidade toda vez que há mudança de governo. Adacto diz que o decreto não vai nem deve alterar a CT, mas propõe que esta participe das reuniões do GT. Santiago entende que o GT deve ter um representante na CT. Adacto propôs que os membros da CT, já devidamente indicados por seus órgãos, participem das reuniões do GT, a fim de somar esforços e tornar as reuniões mais produtivas. Renata concorda, sugere encontros conjuntos e lembra que o Conselho Consultivo da Lagoa já não se reúne há um bom tempo e, no Comitê de Bacia Hidrográfica da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara está se criando um grupo só para trabalhar a lagoa. Que esses grupos todos consigam atuar juntos. Adacto acha que ter um representante da CT no GT não adiantaria, pois se continuaria a discutir aqui o que se discute lá, apesar de ser um grupo executivo, não existe a impossibilidade de conjunção com a CT, dependendo da periodicidade de reuniões do GT e da disponibilidade dos membros da CT. Propôs 1º: juntar a CT com o GT, considerando que as discussões que estão sendo feitas na CT se coadunam em grande parte com o que o GT pretende fazer; 2º: que os membros da CT façam parte adicional do GT. Monica acha mais fácil solicitar a inclusão dos representantes da CT no GT, pois não sabe se as pessoas já foram indicadas para representar os órgãos e não existe a possibilidade de decisão própria de um funcionário público de representar seu órgão. A indicação é feita por decisão superior. Adacto sugere que seja feita, sem prejuízo e como contribuição ao grupo que já foi instituído, a inclusão da CT no GT, considerando que os membros da CT (instituições) fariam parte do GT. Santiago coloca que a CT pode fornecer informações que já foram analisadas, para que o grupo não inicie do zero. Citou o grande número de grupos de trabalho existentes na prefeitura. Adacto lembrou assuntos já discutidos na CT e seus desdobramentos e propôs se estudar melhor, soluções com sustentabilidade ambiental para o canal do Jardim de Alah. Se este estudo pressupor reativar o estudo do COPPE ou fazer novos estudos, deve ser feito. Não se pode cruzar os braços e deixar acontecer uma obra inadequada ou nada se fazer. A CT pode solicitar que se invista em estudos para avaliar o problema da embocadura do Canal do Jardim de Alah. Quais estudos, o GT decidirá. Vera disse não saber quem são os representantes dos órgãos componentes do GT; que o coordenador (SMAC) provavelmente será da Coordenadoria de Recursos Hídricos, criada recentemente. A CT não pode definir o que o GT vai fazer, até mesmo porque ainda não se sabe quem faz parte do grupo. Sua proposta é que só se coloque um participante da CT no GT. Adacto propôs, então, colocar nos termos de inclusão da CT no GT, levando em conta os assuntos que já vêm sendo discutidos. Sergio disse que a questão do setor público é complicada, por exemplo, a indicação. A CEDAE tem uma superintendência de gestão ambiental, que é uma diretoria, tem a diretoria de produção, que também participa desses eventos, e ele, que é da diretoria de manutenção. Basta uma solicitação ser

encaminhada para outra diretoria, que muda o representante, podendo não haver uma integração dentro da própria empresa. Considera a integração entre os grupos viável, até mesmo pelas pessoas que estão à frente. Adacto, mudando de assunto, falou que recebeu uma notícia em março e gostaria de discutir na CT. Leu a notícia sobre a falta de saneamento básico nas favelas, “o governo do Rio de Janeiro anunciou que vai priorizar investimentos em sistema conhecidos saneamento de tempo seco em vez de construir as tubulações de saneamento convencional, o governo vai jogar o esgoto em canais, em riachos dessas comunidades e bombeá-lo para pequenas estações de tratamento nas localidades. O nome “tempo seco” refere-se a impossibilidade de usar o sistema em dias de chuva, pois com o aumento do volume de água, a ETE transbordaria. Estão previstas intervenções nos canais das Tachas e do Cortado, no Arroio Pavuna e no rio do Anil, todos beirando lagoas costeiras (Jacarepaguá). Serão projetadas captações no entorno da Baía de Guanabara, em Itaboraí, São Gonçalo, Caxias e Nova Iguaçu e a previsão é que o estado entregue as captações de tempo seco em cerca de um ano e meio. Especialistas criticaram a iniciativa do estado, leu também suas posições e o resto da matéria. A preocupação principal desta CT são as lagoas costeiras. Especificamente isto vai acontecer de forma bastante prejudicial como se viu nas lagoas da Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Pelo que consta no aspecto das Unidades de Tratamento de Rio - UTR está se mudando o nome “coleta de tempo seco”, mas não explicam o que seria isso. Embora aqui cada um tenha sua opinião técnica pessoal, a CT deve buscar ter garantida a sustentabilidade ambiental do empreendimento que o estado pretende implantar, de que forma ele for. A CEDAE falou ontem que, dentro do planejamento, 80% da cidade terá rede coletora conectada com estação até 2016, excluindo as favelas. Fez considerações técnicas a respeito. Acha que o INEA/CECA, ou quem for dar a licença, tem que ter exigências mínimas necessárias para garantir a sustentabilidade desta UTR, entre outras sugestões. Considerou dois aspectos: primeiro é preciso conhecer a biodiversidade do corpo d’água, tem que ter um estudo biológico, ecológico, para caracterizar qual é a biodiversidade do rio. Se for constatado que o rio já não tem mais vida, aí sim, podendo se justificar uma UTR ali. Como a licença ambiental é flexível, dinâmica, que se coloque a exigência de que, antes de se implantar uma UTR, deve ser avaliada a biodiversidade. Solicitou ao representante do CRBio, informações sobre a influência da redução brusca de pH na lagoa com a operação da UTR do Arroio Fundo. Fez outras considerações técnicas, levantou três pontos que tem a ver com a CT: monitoramento prévio da biodiversidade; os efeitos da redução do pH e o monitoramento do esgoto bruto e tratado na ETE da CEDAE que bombeará os esgotos tratados para o emissário submarino da Barra da Tijuca. Todos esses aspectos devem ser avaliados, para se ter a garantia de que não haverá nenhum dano ambiental na gestão dessas UTRs. Sergio sugeriu que se convide o órgão licenciador para esclarecer esse assunto aqui na CT. Renata lembrou que já se discutiu isso e que o representante do CRBio na época, questionou a biodiversidade do rio e afirmou que o Arroio Fundo é um valão de esgoto. Adacto perguntou se existe algum documento para comprovar isso. Renata disse que não, é a sua opinião. Mauricio disse que os rios da baixada de Jacarepaguá são monitorados. Adacto perguntou da possibilidade de se fazer uma apresentação pelo menos dos pontos onde serão implantadas as UTRs. Renata lembrou a apresentação da DT Engenharia e fez considerações técnicas. Mauricio disse que um dos objetivos da UTR é despoluir a praia, além dos rios, o que infelizmente não aconteceu e piorou a situação das praias do Flamengo e de São Conrado. Adacto comentou sobre a visita à ETE de São Conrado, discordando da fala da Renata. Considera mais barata e mais útil a colocação de galerias interceptoras nas margens e encaminhar para a elevatória de esgoto mais próxima e daí para o tratamento. Fez mais considerações técnicas. Sugeriu como pauta para as próximas reuniões, convidar o INEA ou a SEA, para expor se vai haver alguma UTR na rede fluvial drenante às lagoas costeiras, que são o objetivo desta CT, antes da CT fazer uma deliberação sobre o assunto. Vera lembrou que para a próxima reunião, em maio, deverão ocorrer grandes deliberações em relação à própria CT e propôs que se traga

para esta reunião estes pontos de pauta, a serem considerados para as futuras reuniões. Monica sugeriu que estas considerações sejam técnicas. Mauricio concorda com Adacto e também considera que a UTR pode gerar problemas ecológicos. Sergio mencionou citações do debate ocorrido na SEAERJ, sobre a captação de tempo seco como provisória e urgente. Monica acha que é preciso dados mais concretos. Sergio acha que cada caso tem uma solução. Adacto sugeriu aguardar a nova reunião com os novos membros e as outras decisões a serem tomadas na CT, e depois chamar alguém da SEA para uma palestra sobre o que é “captação de tempo seco”. Sergio e Adacto debateram sobre a construção de redes interceptoras paralelas ao rio. Adacto encerrou a reunião, avisando que a próxima está marcada para 29 de abril, lá na sala de reuniões da SMAC. Será encaminhada ao CONSEMAC para a reunião do dia 13, solicitando a inclusão da CT, com os motivos expostos, no GT do Decreto 30.511.